

Educação como ferramenta de Desenvolvimento

Maurílio José Pereira

Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté

Adriana Leônidas de Oliveira

Psicóloga, Mestrado e Doutorado em Psicologia Clínica, Pós-doutorado em Administração de Empresas. Professora do programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté

Edson Trajano Vieira

Economista, Mestre em Economia e Doutor em História Econômica. Professor do programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional – Universidade de Taubaté.

Resumo

A educação e a escolaridade são fatores fundamentais para a diminuição da desigualdade de rendimentos e, conseqüentemente, contribuem efetivamente para o desenvolvimento. O objetivo deste artigo é relacionar a educação e a escolaridade como itens fundamentais na contribuição para o processo de desenvolvimento regional, pois é através delas que é possível tanto a formação de mão de obra qualificada, quanto o desenvolvimento e empoderamento das pessoas para que sejam capazes de transformar seu próprio entorno e a sua região. Procurou-se também apontar como a educação e a escolaridade podem contribuir para a diminuição da desigualdade de rendimentos. O assunto foi abordado por meio de estudo bibliográfico. Para que a comparação entre as desigualdades de rendimentos em relação à escolaridade dos pais, apresentada na tabela 2, pudesse expressar a realidade atual, os valores foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizando a Calculadora do Cidadão. A análise dos dados foi feita relacionando os conceitos teóricos apresentados pelos autores consultados. A tabela criada com a atualização dos valores foi analisada com base no salário mínimo praticado no país. Os resultados evidenciam a importância da escolaridade dos pais e dos trabalhadores para a diminuição da desigualdade de rendimentos entre os indivíduos no Brasil; para a emancipação política, social e econômica; e também para o sentimento de pertença, de protagonismo e de empoderamento.

Palavras-chave

Desenvolvimento Regional; Educação; Escolaridade; Desigualdade de rendimentos.

Abstract

The education is a key factor for the decrease of income inequality and, consequently, contributes effectively to the development. The aim of this paper is to relate the education as fundamental items contributing to the regional development process, cause is through these, that are possible both formation of skilled labor and the development and empowerment of people to be able to transform their own surroundings and their region. It sought also to indicate how the education might contribute to decrease of income inequality. The subject was approached through bibliographical study. For the comparison between the income inequality in relation to parents education, presented in the table 2, could express the current reality, the values have been update by National Consumer Price Index (INPC), utilizing the Citizen Calculator. The data analysis was done relating the theoretical concepts introduced by the authors consulted. The table created with the updated values was analyzed based in the minimum wage used in the country. The results evidence the importance of parents' education and workers to decrease of income inequality between the individuals in Brazil.

Keywords

Regional Development; Education; Schooling; Income inequality.

Introdução

Há diversos assuntos que se relacionam para contribuir com o desenvolvimento regional de uma sociedade. O desenvolvimento regional ou desenvolvimento econômico é uma definição ampla e envolve muito mais do que apenas Produto Nacional Bruto (PNB), Produto Interno Bruto (PIB) e a riqueza monetária de uma região. Ele envolve questões sociais, desigualdade de rendimentos, emprego, educação, saúde e autonomia das pessoas envolvidas no processo e como essas se relacionam dentro de uma sociedade (FURTADO, 1980; MENDES, TEIXEIRA, 2004; SANDRONI, 1999; SEN, 2000).

A participação das pessoas e do seu envolvimento nesse processo tem papel fundamental, tanto para a participação ativa nas atividades que se relacionam com o desenvolvimento regional, quanto para o acompanhamento e cobrança das questões envolvendo políticas públicas fundamentais que possibilitem o desenvolvimento regional. É importante levar em consideração que uma população ativa nas atividades de seu bairro, município, cidade, estado ou país está relacionada, cada vez mais, com a escolaridade. É por meio da educação que se constrói pessoas capazes de desenvolvimento das atividades de trabalho em uma sociedade, sejam elas para atividades mais simples ou mais complexas.

A pesquisa abordou os conceitos de desenvolvimento econômico, logo após procurou relacionar o conceito de educação e desenvolvimento. Após esses conceitos, foi feita uma relação entre a escolaridade dos pais, a influência na escolaridade dos filhos e a desigualdade de rendimentos, buscando valorizar o processo de educação como forma de minimizar as desigualdades de rendimentos, colocados por Mendes e Teixeira (2004) como um dos aspectos das desigualdades regionais existentes no Brasil. Após a conceituação teórica, é apresentado o método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, os resultados e discussões e, por último, são apresentadas as considerações finais, seguidas das referências utilizadas para a elaboração deste artigo.

O objetivo deste artigo é relacionar a educação e a escolaridade como itens fundamentais na contribuição para o processo de desenvolvimento regional, pois é por meio desses que é possível, tanto a formação de mão de obra qualificada, quanto o desenvolvimento e empoderamento das pessoas para que sejam capazes de transformar seu próprio entorno e sua região. Procurou-se também apontar como a educação e a escolaridade podem contribuir para a diminuição da desigualdade de rendimentos.

Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento tem significados distintos para diferentes áreas do conhecimento, e às vezes, até dentro da mesma área. É o que acontece com as ciências sociais aplicadas quando se trata dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

O crescimento econômico está ligado à expansão da capacidade produtiva de bens e serviços, como afirma Sandroni (1999). O autor ainda enfatiza que o crescimento econômico é definido basicamente pelo Produto Nacional Bruto (PNB) e também pelo índice de crescimento da força de trabalho, da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Já no que se refere ao desenvolvimento econômico, Sandroni (1999) coloca que é o conceito de crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Furtado (1980) vai além da definição de Sandroni e apresenta três dimensões para o conceito de desenvolvimento

econômico: incremento da eficácia do sistema social da produção, satisfação de necessidades elementares da população e consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. O autor ainda reforça que a terceira dimensão é a mais ambígua, pois o que pode parecer essencial para um determinando grupo social pode representar desperdício de recursos para outros.

É evidente que, tanto na definição de Sandroni (1999) quanto na de Furtado (1980), faz parte do desenvolvimento econômico o aumento da capacidade produtiva de bens e serviços. No entanto vale ressaltar que, em uma sociedade, é preciso pensar em ações que contemplem o bem estar social dos indivíduos para que possam viver bem coletivamente.

Sen (2000, p. 17) defende que o desenvolvimento está diretamente ligado à ideia de liberdade:

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) [grifo nosso] e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).

Mas como ações de abrangência nacional e/ou regional podem contribuir para o desenvolvimento econômico? A resposta é desafiadora, principalmente em territórios extensos como é caso do Brasil.

Furtado (1980) coloca que como parte do desenvolvimento global está a ideia de progresso, que pode ser detectada em três correntes do pensamento europeu. A primeira seria a concepção de história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda seria a da acumulação de riqueza e preocupação com o futuro e a promessa de melhor bem-estar. A terceira seria a expansão da influência europeia aos demais povos, considerados como “retardados”, o acesso a uma forma superior de civilização. “O progresso está inscrito no horizonte de possibilidades do homem, e o caminho para alcançá-lo é perceptível com base no sentido comum. Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades.” (FURTADO, 1980, p.2).

Percebe-se que há uma relação entre as definições de progresso de Furtado (1980) e a ideia de desenvolvimento com Liberdade de Sen (2000).

Mendes e Teixeira (2004), ao fazer uma releitura das contribuições de Celso Furtado, colocam que as discussões sobre o desenvolvimento têm papel importante na literatura teórica, graças ao modelo de crescimento sofisticado que levam em consideração o progresso, na concepção de Furtado, e outras variáveis como educação, capital humano etc.

É importante enfatizar que o desenvolvimento tem relação direta com a igualdade social entre os povos e que o contrário, a desigualdade, seja ela econômica ou social, não contribui para o mesmo. Mendes e Teixeira (2004) ainda afirmam que os aspectos das desigualdades regionais existentes no Brasil são as desigualdades econômicas e sociais de produto, renda, emprego, salário, educação, saúde etc.

Educação e Desenvolvimento

Para tratar da questão da educação no Brasil, vale enfatizar que a Constituição da República Federativa do Brasil objetiva garantir acesso de todos, independentemente de condições socioeconômicas.

Art.206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988).

Cabe refletir sobre o texto da constituição, em que é mencionado somente critérios para o ensino público e que menciona, no inciso III, sobre a coexistência de instituições privadas. Em seu artigo 205, a Constituição diz que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. O Estado deve oferecer um ensino de qualidade à população carente. Feijó (2007) ressalta que o ensino oferecido pelo Estado não pode ser comparado com o oferecido pelas escolas particulares, principalmente, em se tratando das escolas mais caras em que estudam os filhos das famílias mais ricas. Ele ainda complementa dizendo que “não se trata, portanto, de o Estado oferecer o melhor ensino, mas simplesmente de disponibilizar à população carente um ensino de qualidade: é o que a política deve perseguir do lado da oferta.” (FEIJÓ, 2007, p. 40). Vale, no entanto, um questionamento à fala do autor: o que deve ser oferecido ou pensado em termos de políticas públicas para a oferta de ensino pelo Estado?

Voltando à questão em que a educação tem papel fundamental no desenvolvimento econômico de uma região, e que a constituição prevê o acesso e permanência na escola com igualdade de condições, na prática a permanência pode não prevalecer devido à necessidade, principalmente das famílias mais pobres, de o jovem trabalhar para sustentar ou auxiliar o sustento da família. Bruno (2011) reforça o papel da escola e do meio social do processo formativo. Enfatiza ainda que, em algumas regiões, os baixos salários recebidos pelos pais levam os jovens a trabalharem mais cedo, afastando-os da escola, fazendo com que os mesmos, ao ingressarem no mercado de trabalho, consigam realizar as atividades mais simples, fortalecendo a mais-valia absoluta. Cabe àqueles que quiserem assumir os custos de uma formação mais complexa, pagando-a por meio de salários precoce.

Bruno (2011) reflete sobre a mais-valia (tempo de trabalho excedente) absoluta e relativa. Na absoluta, os capitalistas procuram fazer a mais-valia de modo a aumentar a jornada de trabalho, produzindo mais unidades apenas porque a jornada de trabalho aumentou, mantendo-se, no entanto, o valor de cada unidade inalterado. Aumenta-se a jornada, mantendo a execução do processo de trabalho simples, sem nenhuma inovação tecnológica. Na mais-valia relativa, o tempo de trabalho excedente ocorre pela diminuição do valor incorporado aos bens e serviços produzidos. Isso só ocorre por meio de inovação tecnológica. Ao analisar essa situação nos trabalhadores da Inglaterra no século XIX, Marx chamou isso de pauperismo, situação que ocorre ainda nos dias de hoje.

A educação também faz parte para a formação de trabalhadores para o sistema produtivo, seja nas atividades mais simples, como operação de máquinas, seja em atividades mais complexas como no gerenciamento de projetos e reflexão sobre estratégias do melhor uso dos recursos. Colocando o conceito de desenvolvimento proposto por Furtado (1980) e a ideia de desenvolvimento com liberdade colocado por Sen (2000), vale dizer que a educação também é importante para a formação do intelecto do indivíduo, fazendo-o refletir a respeito de sua própria condição e almejando um futuro melhor para si e seus familiares.

Isso não ocorreu no início do processo de industrialização e a educação pública foi condicionada, durante algum tempo, para atender a certas especialidades, das novas tecnologias e estratégias e não para o desenvolvimento da inteligência dos filhos dos trabalhadores. (BRUNO, 2011).

Bruno (2011) afirma que em termos de educação, a mais-valia relativa trabalha com a questão da passagem do trabalho simples para o trabalho complexo, o que ocorre com inovações tecnológicas. A formação do trabalhador também precisa acompanhar essa inovação para que o mesmo possa trabalhar eficazmente com ela, aumentando a produtividade. A autora ressalta que não existe país ou região que opere apenas como uma das formas de operação (mais-valia absoluta e relativa). O que existe são “economias em que predominam uma ou outra forma com consequências bem distintas para o desenvolvimento econômico e para a reprodução da classe trabalhadora.” (BRUNO, 2011, p. 550).

É preciso compreender como a educação é considerada nas diretrizes da mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Não somente compreender, mas entender que a educação deve servir para fortalecer a mão de obra, dar voz ativa a todos os indivíduos e proporcionar igualdade ou menor desigualdade de renda, salário, emprego, saúde e educação, o que proporcionará o desenvolvimento econômico, em seu significado mais amplo.

A ideia de educação está vinculada à compreensão e à necessidade de formar pessoas que possam participar de forma ativa das ações capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Para se ter uma cidadania ativa, deve-se ter uma cidadania informada, desde cedo. A educação deve dar ao cidadão conhecimentos necessários, não para escapar, mas para ajudar a transformar a sua região. (DOWBOR, 2009)

Dowbor (2009), ao tratar do desenvolvimento local para relacioná-lo posteriormente com a educação, menciona que a globalização é um fato indiscutível, ligado às transformações tecnológicas e concentração mundial do poder econômico, mas nem tudo foi globalizado. Ele afirma que quando se depara com dinâmicas simples, como um bairro e a qualidade do asfaltamento, do sistema de drenagem, da infraestrutura, a sociedade se encontra diante de um problema local. O problema local citado pelo autor é exemplificado com uma ação de política pública municipal relacionada à educação.

Este raciocínio pode ser estendido a inúmeras iniciativas, [...], como, por exemplo, a decisão de Belo Horizonte de tirar os contratos da merenda escolar da mão de grandes intermediários, contratando grupos locais de agricultura familiar para abastecer as escolas, o que dinamizou o emprego e o fluxo econômico da cidade, além de melhorar sensivelmente a qualidade da comida – foram incluídas cláusulas sobre agrotóxicos – e de promover a construção da [sic] capital social. (DOWBOR, 2009, p. 23).

O exemplo deixa claro que iniciativas locais, promovidas por agentes locais, podem contribuir com o desenvolvimento, reforçando a ideia de Bruno (2011) quando fala que a formação do trabalhador precisa acompanhar inovações para que o mesmo possa trabalhar eficazmente com ela; e a ideia de Dowbor (2009) quando diz que a educação está vinculada à

compreensão e à necessidade de formar pessoas que possam participar de forma ativa das ações capazes de transformar o seu entorno.

Pochmann (2004), ao analisar a experiência do município de São Paulo a respeito de política pública capaz de integrar ações educacionais e trabalhistas, menciona a estratégia utilizada para envolver a cobertura de quase 20% do conjunto da população entre os anos de 2001 e 2004. Os programas se articulam em três eixos principais: redistribuição de renda; emancipação social, política e econômica e apoio ao desenvolvimento local.

No eixo de redistribuição de renda, a estratégia adotada pelo município visa combater a pobreza extrema por meio de programas de transferência de renda, tendo uma ênfase especial na educação e na formação para o trabalho. Esses programas, que são voltados para o segmento mais excluído da população, permite o acesso a ações de emancipação política, social e econômica, visto que os programas adotados encontram-se diretamente associados à educação e à elevação da escolaridade, juntamente com atividades comunitárias. A complementação de renda e a capacitação para as atividades sociais contribuem para o maior sentimento de pertença, para o protagonismo e o empoderamento da população que desfruta dos programas adotados pelo município. (POCHMANN, 2004).

O terceiro eixo, apoio ao desenvolvimento local, tem como objetivo

A transformação dos locais de moradia e de possível exercício de trabalho, perante a possibilidade de reorganização geográfica das atividades produtivas e de novas formas de reinserção no mercado de trabalho. Simultaneamente também faz parte desse eixo o apoio à reestruturação empresarial, com forte ênfase no desenvolvimento das cadeias produtivas intensivas de mão-de-obra e geradoras de negócios, capazes de absorverem maior parcela de beneficiários dos programas sociais e trabalhistas de redistribuição de renda e de educação e cidadania. (POCHMANN, 2004, p. 394)

O autor ainda ressalta que a estratégia teve início a partir da construção da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), voltada para projeto de articulação institucional. Como resultados da implementação da estratégia adotada pelo município de São Paulo, pode-se constatar: diminuição na taxa de homicídios, principalmente nas áreas atendidas por maior tempo pelos programas sociais; queda na evasão escolar e na reprovação de alunos; aumento da taxa de aprovação; maior respeito ao exercício da cidadania após os envolvidos assumirem a posição de protagonista.

Se a educação é parte fundamental para o processo de desenvolvimento, a estrutura familiar é a base para que o jovem tenha acesso à mesma e se mantenha permanente durante o processo de formação. Bruno (2011) ao mencionar sobre a evasão do jovem da escola para trabalhar, em virtude da necessidade de sustentar ou auxiliar no sustento da família, deixa claro que o jovem deve permanecer na escola. É importante ressaltar que a formação dos pais tem relação direta com a permanência do jovem na escola e com a desigualdade de rendimentos.

Escolaridade dos pais, influência na escolaridade dos filhos e a desigualdade de rendimentos

A afirmação dos autores é parte de um processo que vem se observando nos últimos anos, o que é bastante animador. Mas levando em consideração que a estrutura familiar é

parte importante para a formação e a permanência do jovem na escola, contribuindo dessa maneira, para o processo do desenvolvimento, Reis e Ramos (2011) elaboraram um trabalho, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1996. Os autores explicam que a utilização da PNAD, de 1996, se dá porque nesse ano foi incluído um suplemento especial sobre as características dos indivíduos entrevistados, possibilitando obter o nível de instrução dos pais dos indivíduos¹ entrevistados. “Para cada nova geração que ingressa no mercado de trabalho brasileiro, o nível médio de escolaridade é normalmente bastante superior em relação aos pais desses mesmos indivíduos” (REIS, RAMOS, 2011, p. 178).

A análise feita pelos autores utiliza uma amostra com indivíduos ocupados e com rendimentos do trabalho positivos, com idade entre 25 e 45² anos e que trabalham 20 horas ou mais na semana de referência, chegando a um número de 40.000 observações.

A tabela 1 apresenta os dados referentes à educação dos indivíduos relacionadas à educação dos pais.

Tabela 1 – Escolaridade dos indivíduos de acordo com a escolaridade dos pais (%)

Escolaridade	Educação do pai			Educação da mãe		
	Entre 0 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	8 anos ou mais	Entre 0 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	8 anos ou mais
Nenhum ano	15,03	1,83	0,54	14,54	1,77	0,61
Entre 1 e 3 anos	18,09	4,38	1,07	17,58	4,25	1,1
Entre 4 e 7 anos	36,11	25,05	6,97	36,03	24,07	5,09
Entre 8 e 10 anos	14,02	21,62	11,41	14,57	21	9,93
Entre 11 e 14 anos	13,53	33,59	38,69	13,92	33,99	40,51
Pelo menos 15 anos	3,21	13,52	41,31	3,36	14,91	42,77
Total	100	100	100	100	100	100
Escolaridade média	5,34	9,13	12,34	5,45	9,28	12,56

Fonte: Reis, Ramos (2011, p. 180), baseados na PNAD (1996)

Percebe-se claramente que os indivíduos pesquisados que possuem pais ou mães que permaneceram mais tempo na escola, obtiveram um maior grau de escolaridade. Trabalhadores com pais com menos de 4 anos de estudo, ou seja, que não completaram o ensino primário, apresentaram uma escolaridade média de 5,3 anos. Esses trabalhadores somam quase 35 % que não completaram o ensino primário e apenas 3% possuem ensino superior. Para os trabalhadores com pais que tem entre 4 e 7 anos de estudo, a escolaridade média apresentada foi de 9,1 anos com apenas pouco mais de 6% sem o ensino primário completo e 13,5% com ensino superior. Já para os trabalhadores com pais que tem 8 anos ou

¹ O nível de escolaridade dos pais investigados na PNAD é referente ao período em que os entrevistados possuíam 15 anos, quando se espera que os seus pais já tenham concluído os estudos.

² De acordo com os autores, a ideia ao estabelecer esses limites etários é analisar indivíduos que muito provavelmente já completaram seu ciclo educacional (apenas 3% dos indivíduos na amostra ainda frequentavam a escola) e minimizar a heterogeneidade da informação sobre a educação dos pais, que diz respeito a períodos de tempo muito distintos.

mais de estudo, a escolaridade média apresentada foi de 12,3 anos. Apenas 1,6% dos trabalhadores não conseguiram alcançar o ensino primário, enquanto 41,3% alcançaram o ensino superior.

Se a escolaridade contribui para a formação do intelecto do indivíduo e essa formação contribui para que ele possa refletir sobre sua situação atual, para que possa criar condições e almejar um futuro melhor para si e seus familiares, é preciso que as políticas públicas de desenvolvimento alcancem todos os envolvidos, não deixando de contemplar a melhoria da formação dos trabalhadores de hoje para que possam ter filhos mais escolarizados no futuro, uma vez que o trabalho desenvolvido por Reis e Ramos (2011) evidencia uma tendência de aumento da escolaridade dos indivíduos que possuem pais mais escolarizados.

Em relação ao rendimento médio do trabalhador, a tabela 2 apresenta a distribuição das médias de rendimentos do trabalho em relação à escolaridade dos pais.

Tabela 2 – Rendimento médio do trabalhador de acordo com a escolaridade dos pais (R\$)

Escolaridade	Educação do pai			Educação da mãe		
	Entre 0 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	8 anos ou mais	Entre 0 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	8 anos ou mais
Nenhum ano	194,01	327,16	626,26	194,06	340,07	609,14
Entre 1 e 3 anos	285,22	395,78	441,49	280,87	374,33	1146,39
Entre 4 e 7 anos	393,48	463,37	428,89	391,75	480,03	418,99
Entre 8 e 10 anos	524,93	643,73	673,09	536,63	641,50	663,89
Entre 11 e 14 anos	717,28	880,18	1089,67	723,74	899,79	1074,94
Pelo menos 15 anos	1387,62	1600,66	2142,36	1450,13	1652,56	2120,88
Total	438,05	790,70	1421,42	446,40	824,52	1446,05

Fonte: Reis, Ramos (2011, p. 182), baseados na PNAD (1996)

A tabela 2 evidencia que, comparando trabalhadores com o mesmo nível de escolaridade, o rendimento aumenta de acordo com a escolaridade dos pais, com exceção para os trabalhadores que tem entre 4 e 7 anos de estudo. Para trabalhadores que possuem entre 1 e 3 anos de estudo, a diferença de rendimento destes com pais que estudaram entre 4 e 7 anos para o rendimento dos trabalhadores cujos pais não alcançaram 4 anos de estudo é de 38,8%. Para o mesmo grupo de escolaridade dos trabalhadores, a diferença de rendimento destes com pais que alcançaram 8 anos ou mais em relação ao rendimento dos trabalhadores cujos pais não alcançaram 4 anos de estudo é de 54,8%. Para trabalhadores que possuem pelo menos 15 anos de estudo, a diferença de rendimento destes com pais que estudaram ente 4 e 7 anos para o rendimento dos trabalhadores cujos pais não alcançaram 4 anos de estudo é de 15,3%. Para o mesmo grupo de escolaridade dos trabalhadores, a diferença de rendimento destes com pais que alcançaram 8 anos ou mais para o rendimento dos trabalhadores cujos pais não alcançaram 4 anos de estudo é de 54,4%.

A afirmação de Mendes e Teixeira (2004) sobre os aspectos das desigualdades regionais existentes no Brasil vinculadas às desigualdades econômicas e sociais de produto, **renda**, emprego, **salário**, **educação**, saúde etc. confirma-se, principalmente, nos três itens em destaque da afirmação, ao analisarmos o trabalho de Reis e Ramos (2011), com destaque para as tabelas 1 e 2 apresentadas.

Metodologia

A pesquisa abordou o assunto sobre a educação e escolaridade e o relacionamento com o desenvolvimento regional e a desigualdade de rendimentos por meio de estudo bibliográfico. A pesquisa bibliográfica consiste na análise de materiais já publicados por outros autores como livros, revistas, teses, jornais (MARCONI, LAKATOS, 2003; SEVERINO, 2007). Severino (2007, p. 122) ainda afirma que os textos já publicados “tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados” e Marconi e Lakatos (2003) ressaltam a importância de se utilizar esse método para analisar os estudos já publicados com um novo enfoque e não somente como a reprodução de algo sobre o tema.

Para que a comparação entre as desigualdades de rendimentos em relação à escolaridade dos pais, apresentada na tabela 2, pudesse expressar a realidade atual, procurou-se atualizar os valores por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 5 (cinco) salários-mínimos, cuja pessoa de referência é assalariada em sua ocupação principal e residente nas áreas urbanas das regiões” e “indica a variação de rendimento que se faz necessária para que seja mantido o padrão de vida das famílias brasileiras” (IBGE, 2006, p. 52).

Para isso foi utilizada a Calculadora do Cidadão que permite a correção de valores com base em diversos indicadores econômicos (BANCO CENTRAL DO BRASIL). Os dados da tabela são referentes à PNAD, de 1996. Para fins ilustrativos, utilizou na ferramenta do Banco Central a data inicial de 01/1997 e a data final de 05/2015. Utilizou-se como valor nominal R\$ 1,00 (um real). O índice de correção no período encontrado foi de 3,2228910 e o valor corrigido encontrado foi de R\$ 3,22 (três reais e vinte e dois centavos). Dessa forma, foi criada uma nova tabela, multiplicando os valores encontrados por Reis e Ramos (2011) pelo índice de correção no período encontrado na consulta feita na Calculadora do Cidadão no dia 30 de junho de 2015.

A análise dos dados foi feita relacionando os conceitos teóricos apresentados pelos autores consultados. Essas análises foram incluídas no decorrer da pesquisa. A tabela criada com a atualização dos valores foi analisada com base no salário mínimo praticado no país.

Resultados e discussão

A tabela 3 apresenta o rendimento médio do trabalhador de acordo com a escolaridade dos pais, baseados na PNAD (1996) e atualizados pelo INPC, até maio de 2015.

Tabela 3 – Rendimento médio do trabalhador, de acordo com a escolaridade dos pais (R\$), atualizados pelo INPC até maio de 2015

Escolaridade	Educação do pai			Educação da mãe		
	Entre 0 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	8 anos ou mais	Entre 0 e 3 anos	Entre 4 e 7 anos	8 anos ou mais
Nenhum ano	625,27	1054,40	2018,37	625,43	1096,01	1963,19
Entre 1 e 3 anos	919,23	1275,56	1422,87	905,21	1206,42	3694,69

Entre 4 e 7 anos	1268,14	1493,39	1382,27	1262,57	1547,08	1350,36
Entre 8 e 10 anos	1691,79	2074,67	2169,30	1729,50	2067,48	2139,65
Entre 11 e 14 anos	2311,72	2836,72	3511,89	2332,54	2899,93	3464,41
Pelo menos 15 anos	4472,15	5158,75	6904,59	4673,61	5326,02	6835,37

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Reis e Ramos (2011, p. 182)

Como se trata da atualização da tabela 2, a tendência de aumento de rendimentos, de acordo com a escolaridade dos pais, permanece, evidenciando mais uma vez a importância da escolarização para a diminuição da desigualdade de rendimentos.

Observa-se que, com a atualização da tabela, apareceram dois valores que hoje são menores que o salário mínimo (R\$ 788,00). Esses valores são exatamente para os trabalhadores com menor nível de escolaridade (nenhum ano) com pais também com menores níveis de escolaridade (entre 0 e 3 anos). De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo, em janeiro de 1997, era de R\$ 100,00 e ao comparar os valores da tabela 2, nenhum se encontra abaixo do salário mínimo do ano em que a PNAD foi aplicada.

Ainda de acordo com o DIEESE, o salário mínimo necessário, em janeiro 1997, era de R\$ 774,40. Esse rendimento só era obtido por trabalhadores que tinham mais de 11 anos de estudo com pais que tinham mais de 4 anos estudo. Em maio de 2015, o salário mínimo necessário definido pelo DIEESE era de R\$ 3.377,62. Nessa situação, ao verificar a tabela atualizada pelo INPC, apenas os trabalhadores com pelo menos 15 anos de estudo, obtinham esse rendimento.

Ao relacionar o conceito apresentado por Sandroni (1999), que diz que desenvolvimento é crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia, os resultados apresentados deixam claro que com a maior escolaridade dos pais e também dos trabalhadores, fica mais evidente as transformações na economia, uma vez que, com rendimentos maiores, a sociedade é capaz de consumir produtos e serviços necessários à sua existência e bem-estar, gerando demanda que para ser atendida, empregará mão-de-obra e fortalecerá a estrutura da economia.

Os resultados corroboram a ideia de Bruno (2011) que reforça o papel da escola e do meio social do processo formativo, enfatizando que, em algumas regiões, os baixos salários recebidos pelos pais levam os jovens a trabalharem mais cedo, afastando-os da escola. Essa questão fica muito clara ao observar a tabela 1, que relaciona a escolaridade dos pais com o tempo de permanência na escola dos filhos.

Ainda seguindo na ideia de Bruno (2011), que reforça que as pessoas menos escolarizadas ingressam no mercado de trabalho para realizar as atividades mais simples, fortalecendo a mais valia absoluta, não é possível fazer com que a sociedade possa desenvolver toda a sua potencialidade para que haja progresso, na definição de Furtado (1980), se não houver preocupação em desenvolver políticas públicas que favoreçam a escolarização da sociedade como um todo.

As políticas públicas devem ser pensadas sempre com a intenção de crescimento econômico acompanhadas pelo sentimento de progresso, de pertença e de empoderamento das pessoas envolvidas. Os exemplos citados por Dowbor (2009) e Pochmann (2004) evidenciam

que esses sentimentos são melhores compreendidos quando há aumento da escolaridade e da participação em atividades comunitárias, fortalecendo a emancipação social, política e econômica.

Vale também enfatizar que o desenvolvimento tem relação direta com a igualdade e que a desigualdade impede o progresso e também o desenvolvimento com liberdade, no conceito de Sen (2000). A desigualdade de rendimentos e de escolarização é um fato no Brasil, o que pode ser evidenciado nas tabelas apresentadas neste artigo, e na afirmação de Mendes e Teixeira (2004), que diz que os aspectos das desigualdades regionais existentes no Brasil são as desigualdades econômicas e sociais de produto, **renda**, emprego, salário, **educação**, saúde etc. [grifo nosso].

Uma sociedade mais escolarizada participa mais ativamente das ações que possam transformar o seu entorno e a educação, ao proporcionar ao cidadão conhecimento, faz com que o mesmo possa transformar a sua região.

Considerações finais

A educação e a escolaridade têm relação direta com a igualdade de oportunidade que é um dos fatores que contribuem ativamente para o desenvolvimento regional. Diminuir as desigualdades de todos os tipos é algo que a sociedade deve buscar em prol do bem estar social de todos. Isso só é possível por meio de cidadãos informados e educados desde cedo e para que isso seja possível, a educação tem papel fundamental nesse processo de desenvolvimento.

Os resultados dessa pesquisa apontam para a importância da escolaridade dos pais e dos trabalhadores para a diminuição da desigualdade de rendimentos entre os indivíduos do Brasil. Evidencia também a relação dos conceitos mencionados por Mendes e Teixeira (2004), Sandroni (1999), Bruno (2011), Furtado (1980), Sen (2000).

Para que a extrema pobreza seja combatida, é preciso pensar em políticas públicas que diminuam efetivamente essa situação que tira das pessoas a emancipação social e, conseqüentemente, as impede da liberdade, do progresso e da educação. Mas, mais do que distribuição de renda, é preciso pensar em programas que fortaleçam a melhor educação e o aumento da escolaridade, uma vez que indivíduos mais educados possuem maior emancipação política, social e econômica.

Ao fazer a atualização dos dados dos rendimentos dos trabalhadores e sua escolaridade e de seus pais, foi possível observar que os dados apontam para um grupo de trabalhadores que possui rendimentos abaixo do salário mínimo, o que não ocorria com os dados originais apresentados por Reis e Ramos (2011), evidenciando um aumento da desigualdade no país. Também foi possível observar que, com a atualização dos rendimentos, um grupo menor de trabalhadores tem rendimento superior ao salário mínimo necessário definido pelo DIEESE.

Embora o objetivo deste trabalho não seja discutir a questão do salário mínimo praticado e o necessário definido pelo DIEESE, a pesquisa abre oportunidade para investigações futuras a respeito do salário mínimo e desenvolvimento regional.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Calculadora do cidadão. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/jsp/index.jsp>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUNO, Lucia. Educação e Desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, setembro-dezembro 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

DOWBOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. In: MAFRA, Jason (Org.). *Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: Editora Esfera, 2009.

FEIJÓ, Ricardo. *Desenvolvimento Econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2007.

FURTADO, Celso. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional: 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Para compreender o INPC: um texto simplificado*. 5ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em: 07 jul. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. *Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado*. In. Texto para discussão nº 1051. Brasília, IPEA. Outubro de 2004.

POCHMANN, M. *Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio-agosto 2004.

REIS, Mauricio C.; RAMOS, Lauro. *Escolaridade dos pais, desempenho no mercado de trabalho e desigualdade de rendimentos*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 177-205, abril-junho 2011.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.